

Aprovada videoconferência no interrogatório de presos

Presidida por Marco Maciel, Comissão de Justiça acatou ontem vários projetos, além da mudança no CPP



JFreitas
Juiz poderá optar pelo instrumento no interesse da segurança pública ou se o réu não puder comparecer ao interrogatório

Acolhido em decisão terminativa pela Comissão de Constituição e Justiça, o projeto de Aloizio Mercadante que permite a realização excepcional, pelo juiz, de interrogatório do acusado preso seguirá imediatamente ao exame da Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para votação da matéria pelo Plenário do Senado. Mercadante disse que a proposta respeita o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto. **7**

Impasse adia votação de reajuste para servidores

Lideranças partidárias deverão buscar acordo para votar reajustes salariais e estrutura-

ção de planos de carreira de vários órgãos da administração federal. O exame da primeira

das propostas sobre o assunto foi adiado a pedido do relator, Valdir Raupp. **4 e 5**

Câmara acolhe MP anticrise. Garibaldi prega cooperação

Gerado/Região
O presidente do Senado, Garibaldi Alves, pediu cooperação aos partidos oposicionistas para a apreciação rápida da medida provisória (MP) que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a comprarem ativos de outras instituições financeiras. A MP foi aprovada ontem pela Câmara dos Deputados e deve chegar logo ao Senado. **4 e 5**



Senadores discutem, em Plenário, a medida provisória que disciplina reajustes salariais e estrutura planos de carreira da administração pública federal

Trabalhador rural pode ter jornada limitada a 44 horas semanais

Período de trabalho diário não deve ultrapassar oito horas, de acordo com projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A matéria ainda será examinada, terminativamente, pela Comissão de Assuntos Sociais. **6**



Presidida por Rosalba Ciarlini, a CAS aprovou também proposta que estimula estudo de empregados domésticos e a que assegura proteção social a adolescentes desamparados

Recomposição do valor de aposentadoria passa em comissão

Objetivo de mecanismo de reajuste aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, é

assegurar às aposentadorias e pensões a correspondência ao mesmo número de salários mínimos da época em que foram

concedidas. O projeto fixa um prazo de cinco anos para a recomposição total dos benefícios. **8**

Cid Pitombo afirma em audiência pública no Senado que, por estimular a produção de insulina, cirurgias de redução do estômago são apontadas como formas eficientes de controle da doença

Médico defende investimento em pesquisa para combater diabetes

CONFORME ESTIMATIVAS, EXISTEM no Brasil 10 milhões de diabéticos, afirmou ontem, em audiência pública no Senado, o médico Cid Pitombo, que classificou como alarmante o aumento de casos de diabetes tipo 2 em todo o mundo. Ao apresentar experiências de controle desse distúrbio por meio de cirurgias de redução do estômago, ele avaliou que a doença deverá atingir 400 milhões de pessoas até 2030.

O médico disse haver no Brasil preconceito em relação ao tratamento clínico do diabetes tipo 2, que é baseado no uso de insulina. Na sua opinião, o tratamento clínico, quando bem feito, apresenta bons resultados, mas pode tornar-se ineficiente ao longo dos anos. Por esse motivo, ele defende investimentos em pesquisas sobre cirurgias que fazem modificação no tubo digestivo e estimulam



Augusto (D) acompanha exposição de Pitombo na audiência da CCT

a produção de insulina. O diabetes tipo 2 é hoje uma epidemia em todo o mundo, com mais de 200 milhões de portadores, dos quais 60% estão na Ásia – afirmou Cid Pitombo, para quem, com o crescimento do número de diabéticos, dentro de duas décadas nenhuma nação terá dinheiro para pagar os tratamentos e as complicações inerentes à doença. O tipo 2, observou, é a forma mais comum da doença, afetando 95% dos

diabéticos, que apresentam os primeiros sinais já na vida adulta.

Resistência

Na audiência promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o especialista destacou que a cirurgia de redução do estômago está sendo apontada como formas eficiente de controle da doença. Conforme explicou, a cirurgia estimula

a produção de insulina pelo pâncreas.

Questionado pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) sobre formas de prevenção da doença, Pitombo disse ser essencial uma alimentação saudável e a prática regular de exercícios. A gordura abdominal, frisou, acumula substâncias nocivas que podem levar ao diabetes.

Na presidência da reunião, o senador Augusto Botelho (PT-RR), que também é médico, ressaltou a importância de campanhas de prevenção e lembrou que amanhã será comemorado o Dia Mundial de Combate ao Diabetes.

Também o senador Renato Casagrande (PSB-ES) defendeu a adoção de medidas para reduzir os casos da doença e, com isso, diminuir o volume de recursos necessários para custear medicamentos e internações hospitalares.

Senado presta homenagem aos cirurgiões plásticos

O Senado homenageou ontem os 60 anos de fundação da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, a requerimento do senador Heráclito Fortes (DEM-PI). A sessão especial foi aberta pelo vice-presidente da Casa, Tião Viana, que ressaltou a relevância do papel social que esses profissionais da medicina exercem no Brasil e no mundo inteiro.

Heráclito enfatizou que a entidade representa um foro de excelência da medicina plástica, que, nos dias de hoje, está muito mais

voltada para a recuperação de acidentados e desfigurados. O parlamentar prestou homenagem ao expoente mais importante da medicina plástica no Brasil, o professor Ivo Pitanguy.

Papaléo Paes (PSDB-AP) disse que o Senado precisa cuidar melhor do amparo legal aos profissionais da área no país. Eduardo Suplicy (PT-SP) falou sobre a relevância da sociedade, que reúne 4 mil cirurgiões plásticos.

Por sua vez, Mão Santa (PMDB-PI) lembrou o pintor e cientista italiano Leonar-



Autor do requerimento, Heráclito Fortes fala na sessão especial

do da Vinci, que celebrou a beleza do ser humano, para comparar os cirurgiões plásticos aos verdadeiros artistas da Renascença, que, segundo afirmou, se especializaram em criar ou aperfeiçoar a beleza para ajudar o homem a viver

melhor.

Ao agradecer a homenagem, o presidente da Sociedade de Cirurgia Plástica, José Tariki, solicitou a reformulação das leis que regem a atividade, para dar maior proteção a seus profissionais e clientes.

Pesquisadora aponta discriminação em livros didáticos

Mesmo sem veicular conceitos explícitos, o livro didático brasileiro ainda reproduz estereótipos de gênero e raça, com uma intensa sub-representação de negros, indígenas, mulheres e, inclusive, crianças. A afirmação foi feita ontem em audiência na Comissão de Educação (CE), pela pesquisadora Fúlvia Rosemberg, que coordena o programa de bolsas de pós-graduação da Fundação Ford.

Fúlvia citou estudo envolvendo o exame de 33 livros de português, em que são encontradas somente duas meninas não-brancas nas ilustrações, ao lado de 241

personagens homens, todos brancos e adultos. Segundo ela, para pesquisadores e ativistas isso seria um indicador de discriminação. No entanto, observou, esses indicadores ainda não são vistos desse modo pelas comissões de avaliações do livro didático.

Por sugestão de Gerson Camata (PMDB-ES), a audiência foi convocada para tratar das políticas públicas para o livro didático, conduzidas por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Outro objetivo foi a suposta "ideologização" dos textos.

Marina Silva (PT-AC) criticou o ponto de vista dos que acreditam ser possível uma "aspepsia" ideológica do livro didático. Segundo ela, o livro é um produto autoral e reflete a "subjetividade" de quem o elabora.

Para o representante do Ministério da Educação Marcelo Soares Pereira da Silva, a melhor forma de participação do Legislativo no processo é a promoção de debates mais frequentes. José de Nicola Neto, que preside a Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos, afirmou que "o livro didático é uma política de Estado indispensável".



À mesa, Marcelo, Marina Silva, José de Nicola Neto e Fúlvia Rosemberg

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Às 14h, tem início a sessão deliberativa. A pauta continua trancada por dois projetos de conversão que reestruturam a composição remuneratória das carreiras de auditor da Receita Federal, auditor fiscal do Trabalho, oficial de chancelaria e assistente de chancelaria.

Agenda do presidente

O presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, participa, às 10h, da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com a presença de Arminio Fraga e Luiz Gonzaga Belluzzo; às 10h30, será agraciado com a comenda dos Oficiais de Justiça do Rio Grande do Sul; às 11h, recebe o secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin; às 11h30, o presidente da Ajufe, Fernando Mattos; e às 16h preside a ordem do dia.

Fraga e Belluzzo falam na CAE sobre crise financeira mundial

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) recebe às 10h, em audiência pública, o ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga e o economista e professor Luiz Gonzaga Belluzzo, que falarão sobre a crise financeira internacional. Às 12h, a CAE inicia discussão de emendas que deverão ser apresentadas pelo colegiado ao projeto de Lei Orçamentária Anual, em exame na Comissão Mista de Orçamento.

Criação da Sudeco em exame na CDR

Às 9h, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) vota as emendas do colegiado ao projeto de lei de Orçamento do próximo ano. Às 9h30, a comissão examina a proposta que institui a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco).

CPI da Pedofilia se reúne com empresas

Grupo de trabalho da CPI da Pedofilia reúne-se às 14h30 com empresas de telecomunicações.

CPI das ONGs

Às 9h, a CPI das ONGs realiza reunião administrativa.

CMA debate emendas ao Orçamento

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) estará reunida, às 11h, para discutir e votar as emendas do colegiado ao projeto de Lei Orçamentária Anual.

Emendas à lei orçamentária em análise na CI

A partir das 10h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) delibera sobre as emendas que encaminhará ao projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009, a Lei Orçamentária Anual.

Subcomissão discute com ministros combate a trabalho escravo no país

Com o objetivo de discutir o 2º Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, lançado pela Secretaria dos Direitos Humanos, e o resultado da fiscalização este ano dos Grupos Móveis de Trabalho, reúne-se às 9h, em audiência pública, a Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo, que funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH). Foram convidados os ministros Paulo Vannuchi, dos Direitos Humanos, e Carlos Lupi, do Trabalho e Emprego.

SUPLENTE DE GARIBALDI LANÇA LIVRO NA BIBLIOTECA DO SENADO

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participou ontem da cerimônia de lançamento do livro *A escola que vivi* – memórias de um educador, do professor da Universidade do Rio Grande do Norte João Faustino Ferreira, 1º

suplente do senador. Faustino já foi deputado federal em quatro legislaturas, integrou o Conselho Federal de Educação e presidiu a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

FGV DIZ QUE RECLAMAÇÕES SOBRE CONCURSO SÃO "ÍNFIMAS"

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou nota sobre o concurso que realizou no domingo para o Senado, afirmando que as reclamações noticiadas pelo jornal *Correio Braziliense* são "ínfimas", "naturais num certame dessa magnitude" e

não colocam em dúvida a seriedade e a correção da disputa. Segundo o jornal, candidatos acusam a FGV de desorganização ao aplicar as provas. A nota pode ser lida em http://concurso.fgv.br/download/provas/senado08_comunicado.pdf

Nova agência teria status de ministério, propõe senador



Gerardo Viegas

Cristovam cobra proteção a crianças

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) voltou a cobrar ontem a criação de uma agência de proteção às crianças e aos adolescentes, como previsto em seu projeto (PLS 50/05). Já aprovado no Senado, o PLS está na Câmara.

A Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente ficaria vinculada à Presidência da República e seria responsável por formular políticas públicas de proteção aos menores.

O aparelho ciclotron, explica Crivella, ajuda na prevenção ao câncer



Moreira Vaz

Crivella elogia emenda da CCT

Emenda que prevê R\$ 20 milhões do Orçamento de 2009 para a compra de um ciclotron – aparelho usado no tratamento preventivo de câncer – foi comemorada ontem por Marcelo Crivella (PRB-RJ).

O senador agradeceu a Wellington Salgado (PMDB-MG) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que aprovou a emenda.

Alvaro Dias diz que AGU traiu aeroviários

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que os aposentados e pensionistas do fundo de previdência complementar Aerus foram enganados pelo advogado-geral da União, ministro José Antônio Toffoli. O senador lembrou que anunciara o acordo, firmado com Toffoli, para encaminhar ao Ministério da Previdência a determinação para cumprir ordem judicial de pagamento dos benefícios devidos a Aerus. Mas o Supremo Tribunal Federal (STF), a pedido da mesma Advocacia Geral da União, cassou a liminar que garantia o pagamento.

Augusto é a favor de se proibir o fumo em todos os locais fechados



Leopoldo Silva

Augusto defende proposta antitabaco

A aprovação de projeto que proíbe o fumo em todos os ambientes fechados foi defendida por Augusto Aras (PT-RR). Para o senador, essa restrição reduziria a incidência de câncer e de problemas cardíacos nos fumantes passivos. Além disso, destacou, estudos indicam que a proibição do fumo em locais fechados leva ao abandono do hábito por 10% dos fumantes ativos.

A proposta (PLS 315/08) é do senador Tião Viana (PT-AC)

Mozarildo pede que o Ministério Público investigue Funasa de Roraima



Moreira Vaz

Mozarildo divulga carta de maçons

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) leu em Plenário a carta resultante do 6º Congresso de Maçonaria de Santa Catarina, na qual os maçons conclamam a sociedade a lutar pela ética, moralidade e educação.

O senador ainda pediu que o Ministério Público aprofunde as investigações de irregularidades em convênios entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e prefeituras de Roraima.

Jarbas e Casagrande pedem pressa na reforma política

A confirmação pelo STF do princípio aprovado pelo TSE de que mandato eletivo pertence aos partidos políticos reacende no Senado o debate sobre a reforma política

OS SENADORES JARBAS Vasconcelos (PMDB-PE) e Renato Casagrande (PSB-ES) subiram ontem à tribuna para defender a aceleração da reforma política no Congresso Nacional, que conta com vários projetos já aprovados no Senado Federal e agora também passou a ser polarizada por uma proposta costurada a partir do Executivo. O debate em torno do tema ocorreu exatamente no mesmo dia em que o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) proferida no ano passado, dando aos partidos políticos a titularidade dos mandatos de vereadores, deputados federal e estadual e, também, de senadores.

Em sua intervenção, o senador Jarbas Vasconcelos considerou a proposta de reforma política elaborada pelo Executivo, e que segundo ele prevê um período para mudança de partido, um deboche. Na sua avaliação, se há interesse do governo em viabilizar a reforma política, o melhor caminho seria aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 29/07, que acaba com as coligações partidárias nas eleições proporcionais, e a PEC 65/07, que estabelece licença de seis meses antes do pleito para chefes do Executivo que desejem disputar reeleição. As duas PECs são de autoria de Vasconcelos.

– Sempre afirmei que não caberia ao governo federal encaminhar uma proposta de reforma política. Bastaria definir as prioridades e colocá-las em votação num espaço curto de tempo – declarou.

Para o senador pernambucano, nunca antes na história do país um governo incentivou tanto a infidelidade e a fragmentação partidárias como na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, com a implantação de “um verda-



Gerardo Viegas



Gerardo Viegas

Casagrande (ao alto) não aceita tese da simples troca partidária; Jarbas Vasconcelos (acima) critica governo

Câmara sempre “ignore e engavete” matérias enviadas pelo Senado Federal – como a PEC 23/07, do senador Marco Maciel (DEM-PE), que institui a fidelidade partidária. Para Vasconcelos, a “Câmara se transformou em sepulcro da reforma política”.

Casagrande

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) renovou, também em discurso, sua defesa da reforma política como caminho para tornar mais eficientes os processos político e eleitoral.

– Embora considere que o TSE exorbitou ao se pronunciar sobre a fidelidade partidária, concordo com o teor da resolução. O TSE se manifestou porque quando um poder não exerce sua função, é substituído por outro. A verdade é que o Congresso não avançou em relação à reforma política – analisou Casagrande, observando que a resolução do TSE deixa claro que aquelas regras só terão valor enquanto o Poder Legislativo não aprovar uma nova lei para tratar do assunto.

O senador capixaba se disse preocupado com as discussões sobre a instituição de uma “janela” para a troca de partidos por parlamentares insatisfeitos com suas agremiações. A sua preocupação recai principalmente sobre a Câmara dos Deputados, onde está em marcha a aprovação de um projeto que permite aos parlamentares trocarem de partido nos sete meses anteriores à eleição, sem perder o mandato.

– Isso não pode ser objeto de prazo, de “janela”. Não podemos ficar submissos à ditadura de um partido, mas precisamos de critérios para que um parlamentar possa sair e as condições em que pode perder o mandato – argumentou.

Vasconcelos e Casagrande receberam vários apertes.

Resolução sobre fidelidade partidária é mantida pelo STF

Por 9 votos a 2, o plenário do Supremo Tribunal Federal declarou improcedentes as duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs 3.999 e 4.086) ajuizadas contra a Resolução 22.610/07, do TSE, que disciplina a perda de mandato por infidelidade partidária.

Votaram pela constitucionalidade da resolução os ministros Joaquim Barbosa (relator), Carlos Alberto Menezes Direito, Cármen Lúcia Antunes Rocha, Ricardo Lewandowski, Carlos Ayres Britto, Ellen Gracie, Cezar Peluso, Celso de Mello e o presidente da corte, ministro Gilmar Mendes. Consideraram a resolução inconstitucional os ministros Eros Grau e Marco Aurélio. As ações foram propostas pelo Partido Social Cristão (ADI 3.999) e pela Procuradoria Geral da República (ADI 4.086).

deiro balcão de negócios com a base governista no Congresso Nacional”.

Ele também lamentou que a

O Jornal do Senado publicou na segunda-feira imagem desatualizada (de janeiro de 2008) da ponte sobre o rio Itacutu, localizada em Bonfim (RR), ligando o Brasil à Guiana. Ao lado, imagem capturada no início deste mês. A construção deverá ser concluída até 20 de dezembro, segundo o portal do governo de Roraima na internet. Essa é uma das obras com indícios de irregularidades que integram lista elaborada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).



Antonio Diniz/SECOM



Flexa Ribeiro quer apoio do governo a exportadores do Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu ao governo que analise sugestões feitas pela Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa) para minorar as dificuldades de crédito enfrentadas pelas empresas exportadoras do estado. O senador lembrou que o Pará detém o segundo maior saldo na balança comercial entre os estados brasileiros, tendo atingido US\$ 7,2 bilhões – ou 36,7% do saldo da balança comercial brasileira – entre janeiro e outubro. O Pará é o sexto colocado no ranking dos estados exportadores, com mais de US\$ 7,9 bilhões exportados no período.



Mão Santa: governador do Piauí não se empenha por mais verbas

Mão Santa (PMDB-PI) lamentou ontem o contingenciamento de recursos destinados ao Piauí por meio de emendas da bancada do estado ao Orçamento e apontou o “pouco empenho” do governador Wellington Dias na busca por liberação dessas verbas.

Segundo Mão Santa, os parlamentares conseguem incluir no Orçamento da União, todos os anos, por meio de emendas de bancada, em torno

de R\$ 300 milhões. Mas até agora foram efetivamente liberados menos de R\$ 5 milhões.

– Nunca deixe entrar um governador do PT em seu estado – alertou o senador.



Mário Couto critica governadora e celebra vitória de aposentados

Mário Couto (PSDB-PA) fez discurso em que alertou novamente para os altos índices de violência no estado do Pará. Assim como na terça-feira, ele criticou a governadora Ana Júlia Carepa (PT) por viajar para a China, o que foi classificado como uma atitude de indiferença em relação ao problema.

O parlamentar celebrou ainda a aprovação, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ao texto original do projeto (PLS 58/03) de Paulo Paim (PT-RS) que mantém o poder de compra das aposentadorias.



José Nery defende Protógenes, agora sob investigação da PF

José Nery (PSOL-PA) defendeu ontem o delegado Protógenes Queiroz, alvo de inquérito sobre espionagem e vazamento de informações sigilosas da Operação Satiagraha, da Polícia Federal, que investigou o banqueiro Daniel Dantas, dono do Grupo Opportunity. Nery repudiou a ação de busca e apreensão da Polícia Federal, com autorização judicial, nas residências de Protógenes, e disse causar estranheza o fato de o delegado passar rapidamente de investigador a investigado.

– A Operação Satiagraha desnudou profundas relações criminosas envolvendo setores dos três Poderes da República – assinalou o senador.

Garibaldi pede uma análise “global” de MP contra a crise financeira

Presidente do Senado solicita cooperação da oposição para que possa ser votada rapidamente na Casa a medida, já aprovada ontem na Câmara dos Deputados, que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a comprarem participações em bancos e em outras instituições financeiras com dificuldades

O PRESIDENTE DO Senado Federal, Garibaldi Alves Filho, solicitou a cooperação dos partidos de oposição para a apreciação rápida na Casa da medida provisória que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a comprarem participações em bancos e em outras instituições financeiras em risco de falência. A proposta (MP 443/08) foi aprovada ontem na Câmara, na forma de projeto de lei de conversão do deputado João Paulo Cunha (PT-SP), e agora segue para o Senado.

Na opinião de Garibaldi, a MP mereceria ser analisada pelos senadores dentro de uma perspectiva global e não apenas do ponto de vista político, uma vez que a crise financeira afeta, sobretudo, os países desenvolvidos, tendo efeitos desastrosos no

Brasil.

– Essa MP merece, da parte da oposição, uma certa penetração e, por isso, devemos ter uma atitude de cooperação, a não ser que exista algo no texto que não se justifique – disse.

Com relação à MP 446/08, que trata da certificação de entidades de assistência social pelos ministérios correlatos, o presidente do Senado alertou também para a necessidade de aprofundamento do conteúdo do texto, de modo que a nova lei aprovada não se constitua numa política de benefícios a entidades filantrópicas inidôneas.

Garibaldi recebeu também ontem a visita do prefeito eleito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, acompanhado do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e

dos deputados Virgílio Guimarães (PT-MG) e Carlos Willian (PTC-MG).

Pauta

Na próxima terça-feira, Garibaldi reúne-se com as lideranças da Casa para decidir a pauta de votações até 22 de dezembro, quando o Congresso deve entrar em recesso. Ele adiantou que a reforma tributária não deverá constar do pacote. “Só se for uma convocação presidencial para se trabalhar no recesso”, comentou.

Pelo calendário oficial do Senado, o recesso parlamentar inicia-se no dia 23 de dezembro e estende-se até 1º de fevereiro. No retorno às atividades, os senadores devem eleger o seu novo presidente.



Garibaldi (C) recebe o prefeito eleito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda (D), acompanhado por Azeredo (E). Presidente agendou para a próxima terça reunião de líderes sobre a pauta até o final do ano

Azeredo cobra redução de gastos do governo

O corte de gastos públicos por parte do governo federal foi cobrado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG). O senador elogiou algumas das medidas tomadas para conter os efeitos da crise financeira internacional, mas criticou os juros elevados e o aumento de gastos.

– Será um equívoco elevar novamente as taxas de juros num cenário de desaceleração do consumo e de graves possibilida-

des de recessão. Não nos parece prudente elevar o gasto público. Não é possível esquecer ainda o perigo da inflação – alertou.

Eduardo Azeredo também disse que a economia real já sofre com os efeitos da crise. Ele relatou que está sendo reduzida a produção de aço, soja, café, entre outras. Além disso, segundo o senador, os preços de vários produtos, como remédios, já estão sendo elevados.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que as ações do governo para conter a crise são insuficientes.

– Não vi em nenhum momento, mesmo diante desta crise, o governo falar em controle de gastos públicos, muito menos em reforma administrativa. Pelo menos diante da crise, seria de imaginar que o governo pudesse repensar seu comportamento – observou Alvaro.

Adiada votação de reajuste para servidores

Após mais de uma hora de discussão, foi concedido prazo de 24 horas para que os líderes partidários cheguem a um acordo sobre o projeto de lei de conversão que trata do reajuste salarial de carreiras consideradas típicas de Estado e da estruturação de planos de cargos na administração pública federal.

A medida – PLV 27/08, proveniente da MP 440/08 – beneficia um total de 91,3 mil servidores civis, sendo 45,6 mil ativos, 30 mil aposentados e 15,5 mil pensionistas, distribuídos em oito carreiras, entre as quais as de auditor da Receita Federal, fiscal do Trabalho e diplomata. O pedido de prazo foi feito pelo

relator-revisor, Valdir Raupp (PMDB-RO). Pela proposição, os reajustes, concedidos a partir de 1º de julho de 2008, serão pagos gradativamente até julho de 2010.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que, se a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), “retornar na próxima semana com linguagem arrogante”, a MP 440/08 não será votada na terça-feira.

– É fundamental uma postura humilde mesmo, ou nós tomaremos uma atitude drástica na terça-feira e não permitiremos a votação de qualquer MP.

O senador observou que o PSDB já havia decidido não permitir a votação da medida

ontem.

– A MP causa impacto financeiro, sim. Vamos admitir logo uma coisa que é verdadeira. A proposta do Unafisco é de reestruturação da carreira e não causa impacto financeiro. A MP como um todo causa. São R\$ 1,9 bilhão em 2008; R\$ 4,7 bilhões em 2009; R\$ 6,6 bilhões em 2010; R\$ 7,7 bilhões em 2011 – observou.

O líder do PSDB ainda fez um apelo ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, para que casse o mandato de deputados infieis, conforme decisão do Tribunal Superior Eleitoral, confirmada ontem pelo Supremo Tribunal Federal.



Líderes partidários buscarão acordo sobre as MPs referentes a salário e carreira de servidores públicos

Fraga e Belluzzo debatem hoje economia do país

Com a presença do ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga e do economista Luiz Gonzaga Belluzzo, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) dá continuidade hoje ao ciclo de debates sobre a evolução da crise financeira internacional e seus efeitos na economia brasileira. A audiência pública, que contará com a participação do presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves Filho, tem início às 10h.

Armínio Fraga presidiu o Banco Central de 4 de março de 1999 a 1º de janeiro de 2003, durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Luiz Gonzaga Belluzzo, doutor em Economia e professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi secretário especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, no governo de José Sarney, e eventualmente assumiu a pasta nas ausências do ministro Dilson Funaro.

O primeiro debate promovido pela CAE sobre a crise financeira internacional ocorreu no último dia 30 de outubro, com a presença do ministro da Fazenda, Guido Mantega; do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; do secretário de Política Econômica do Ministério da

Fazenda, Nelson Barbosa; e dos diretores do Banco Central Alvir Alberto Hoffmann e Alexandre Antonio Tombini.

A determinação de transformar a CAE em um fórum permanente de discussão sobre a crise foi manifestada pelo presidente do colegiado, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), no começo de outubro, quando foram aprovados três requerimentos de audiências, de autoria de Mercadante, Pedro Simon (PMDB-RS) e João Tenório (PSDB-AL).

As reuniões da comissão ocorrem na sala 19 da Ala Alexandre Costa, do Senado Federal.

MP das filantrópicas será rejeitada, afirma Virgílio

Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que a Medida Provisória 446, publicada segunda-feira no Diário Oficial da União, não será aprovada no Senado devido às irregularidades que apresenta.

O parlamentar afirmou que a MP, que trata da regulamentação das entidades filantrópicas, na verdade premia as “falsas filantrópicas”. Segundo ele, na linguagem popular, trata-se de uma medida de “proteção à pilantrópia”. Virgílio informou que apresentará requerimento para realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) convocando os três ministros aos quais ficarão subordinadas as entidades filantrópicas: da Educação, Fernando Haddad; da Saúde, José Gomes Temporão; e do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias.

Ele disse que pedirá também o comparecimento do procurador Pedro Antonio Machado, que já sinalizou que irá questionar a MP; do presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); e do delegado e do procurador responsáveis pela Operação Fari-seu, que investigou irregularidades na área.

Arthur Virgílio leu artigo de Josias de Souza, do jornal *Folha de S. Paulo*, publicado na internet, sobre o tema. No texto, o jornalista explica que as entidades filantrópicas têm direito de reivindicar a isenção no pagamento da contribuição previdenciária e de tributos, mas precisam do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas). Quando há malversação de verbas públicas, o Cebas é cassado e o imposto, sonegado.

Precatórios

Virgílio também pediu ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, que coloque em votação proposta de emenda constitucional que disciplina o pagamento de precatórios.

Heráclito: medida deve ser devolvida ao Executivo

Em pronunciamento no Plenário, Heráclito Fortes (DEM-PI) condenou ontem a edição, pelo Executivo, da Medida Provisória 446/08, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social.

Heráclito pediu que o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, devolva a proposta ao Executivo, por considerá-la “inoporuna”, além de um “atentado” à democracia e um “desrespeito” ao Senado Federal.

– Ela vem no exato momento em que funciona na casa a CPI [comissão parlamentar de inquérito] das ONGs [organizações não-governamentais]. O que se vê é uma MP que anistia e protege aquelas [entidades] que cometeram irregularidades, que lhes deixam sob o manto da impunidade, não sendo de maneira nenhuma compatível com o discurso que o presidente do Senado prega nesta Casa – afirmou, lembrando as críticas feitas por Garibaldi à edição excessiva de medidas provisórias.

A MP 446/08 renova automaticamente o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas) de instituições cujos processos de renovação do certificado tramitam no Ministério da Previdência Social e no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Saúde

Em seu discurso, Heráclito Fortes ainda agradeceu as manifestações de solidariedade que recebeu durante o período de internação no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, para tratamento de saúde. O senador explicou que compareceu ao hospital para exames preventivos de rotina, quando os médicos constataram uma anomalia no rim esquerdo. Ele foi saudado por vários senadores presentes à sessão.

Suplicy destaca matéria sobre Bolsa Família



Suplicy cita seu projeto que garante renda básica a todos

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou matéria da revista Época que mostra os efeitos do Bolsa Família em todo o país. Segundo a reportagem, o programa tem contribuído para o crescimento da economia e a redução da pobreza e da desigualdade social. A publicação ressalta que o Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do mundo, ao contemplar 36 milhões de pessoas. Suplicy lembrou que a Lei 10.835/04, oriunda de projeto de sua autoria, prevê a instituição futura do programa de renda básica de cidadania, que deve beneficiar todos os brasileiros.

Alvaro propõe alternativa a programa social



Alvaro Dias: "Não estamos extinguindo o Bolsa Família"

Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu apoio aos senadores para projeto de lei de sua autoria que pretende ser uma alternativa ao programa Bolsa Família. A proposta (PLS 433/08) permite o desconto da contribuição patronal para a empresa que contratar beneficiário do Bolsa Família. O valor da contribuição devida seria descontado do valor do benefício mensal, enquanto durasse a relação de emprego.

– Não estamos extinguindo o Bolsa Família. Queremos que não se passe a idéia de que o Bolsa Família estimula a preguiça, que promove a acomodação.

Ideli: construção terá mais crédito

Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou que a Caixa Econômica Federal elevou, de R\$ 7 mil para R\$ 25 mil, o limite de crédito nas operações com o Construcard-FGTS. Podem se valer do cartão para a compra de materiais de construção cidadãos com renda de até R\$ 1,9 mil.

Conforme a senadora, a medida é resultado de reivindicação levada à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, pela Associação Brasileira das Indústrias da Construção Civil (Abicc) e Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Construção (Abramat).

Os empresários alegam que o aumento do crédito, principalmente para o pequeno construtor, vai manter os dois setores aquecidos. Cerca de 70% da produção de cimento seria consumida pelas construções e reformas empreendidas por brasileiros de renda modesta.

O Construcard-FGTS cobra juros de 6% a 8,16% ao ano. A contratação é simplificada e podem ser incluídos os custos de mão-de-obra equivalentes a até 15% do valor do material. Para famílias com renda acima de R\$ 1.900, a Caixa oferece o Construcard-SBPE.

Professores

A senadora também anunciou o lançamento formal, na próxima quarta-feira, às 10h, da Frente Parlamentar em Defesa do Piso Nacional dos Professores, que está sendo questionado no Supremo Tribunal Federal (STF) por governadores de estado. Ela informou que o ministro-relator da matéria, Joaquim Barbosa, deverá receber integrantes da frente e de outras entidades na próxima terça-feira.



Empréstimos serão de até R\$ 25 mil, anuncia Ideli

Jornada do trabalhador rural poderá ser limitada a 44 horas

O período de trabalho diário não ultrapassaria oito horas, conforme proposta que precisa ainda ser examinada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou projeto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que fixa em 44 horas semanais a jornada de trabalho no campo. A proposta foi relatada pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS).

Conforme a matéria (PLS 426/07), que altera a lei referente ao trabalho rural (Lei 5.889/73), a duração normal da jornada, para o empregado rural, não será superior a oito horas diárias, facultada a compensação de horários e a sua redução mediante acordo ou convenção coletiva.

O projeto determina que o intervalo obrigatório para repouso ou alimentação, já previsto na lei no caso de trabalho contínuo que



Lúcia Vânia defende isonomia a todos os trabalhadores

exceda seis horas, "será de no mínimo uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder duas horas".

Lúcia Vânia afirma, na justificativa, que o projeto objetiva assegurar tratamento isonômico a todos os trabalhadores. Ela lembra que a Constituição garante, no artigo 7º, a igualdade

de direitos entre os trabalhadores rurais e urbanos, mas, ressalva, "a prática, em geral, revela um tratamento muito mais severo para os camponeses". O projeto segue para exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

Portos

Também foi aprovado ontem requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) para realização de audiência pública sobre a regulamentação dos portos. A audiência será em conjunto com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Serão convidados, entre outros, o ministro da Secretaria Especial dos Portos, Pedro Brito do Nascimento.

Comissões definem emendas ao Orçamento de 2009

Com o encerramento, ontem, do prazo para a apresentação de emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2009, várias comissões permanentes do Senado definiram suas propostas. O relator-geral, Delcídio Amaral (PT-MS), vai adequar essas emendas ao tamanho do Orçamento.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou R\$ 500 milhões para o Hospital Sarah Kubitschek. A Fundação Nacional de Saúde terá R\$ 400 milhões e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome R\$ 350 milhões. Para combater o trabalho escravo e infantil, R\$ 200 milhões estão previstos para o Ministério do Trabalho e Emprego. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou R\$ 500 milhões para a regularização fundiária junto ao Ministério do Desenvol-

vimento Agrário e R\$ 200 milhões para a agricultura familiar. Mais R\$ 2,5 bilhões para subsidiar preços de produtos agropecuários e R\$ 200 milhões para a Embrapa.

Já a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) destinou, por sugestão de Marco Maciel (DEM-PE), R\$ 100 milhões à Justiça Federal. Mais R\$ 100 milhões vão para modernizar o prédio do Ministério Público Federal, por sugestão de Demostenes Torres (DEM-GO), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Romero Jucá (PMDB-RR). Para o Fundo Penitenciário Nacional, R\$ 200 milhões, por sugestão de João Tenório (PSDB-AL) e Valdir Raupp (PMDB-RO), e R\$ 50 milhões para a Defensoria Pública da União. Jucá sugeriu ainda recursos para novo prédio (R\$ 150 milhões) do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Brasília); para o Ministério

da Justiça (R\$ 200 milhões); para a Polícia Federal (R\$ 100 milhões); e para o Fundo Nacional de Segurança (R\$ 100 milhões).

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) propõe R\$ 800 milhões para educação básica e R\$ 500 milhões para educação profissional e tecnológica, mais R\$ 500 milhões para esporte recreativo e R\$ 600 milhões para arte e cultura. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) destina ao Ministério da Defesa R\$ 450 milhões, à Aeronáutica R\$ 480 milhões e ao Itamaraty R\$ 50 milhões. E a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) propõe R\$ 270 milhões para hospitais universitários, R\$ 150 milhões para o Programa Antártico Brasileiro e R\$ 200 milhões para o Ministério das Comunicações.

Osmar Dias quer diesel mais barato

Osmar Dias (PDT-PR) sugeriu ontem ao governo que diminua o preço do óleo diesel em 20%. De acordo com o senador, a redução seria suficiente para aumentar o produto interno bruto (PIB) em 1% no próximo ano.

O parlamentar argumentou que o barril de petróleo, cotado há um mês a US\$ 144, ou R\$ 237 pelo câmbio de R\$ 1,65, estava cotado ontem a US\$ 53, ou R\$ 116 pelo câmbio de R\$ 2,20. A diferença em reais é de 49%, afirmou o senador, o que daria margem para um reajuste, para baixo, dos preços dos derivados do petróleo, disse.

Osmar Dias leu notícia do jornal Gazeta Mercantil segundo a qual o lucro da Petrobras foi recorde histórico – 61% maior do que o obtido no mesmo período no ano passado.

– Claro! Não dá outra! Alguém está ficando com esse lucro imenso! – bradou, da tribuna, referindo-se à variação do preço do petróleo.



Osmar Dias lembra que Petrobras teve lucro recorde

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Papaléo Paes • Epitácio Cafeteira • Alvaro Dias • Jayme Campos • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Ery Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Morais
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Projeto não faz do recurso uma regra, mas uma opção para o juiz em caso de garantir a segurança pública e de dificuldade de o réu se locomover

CCJ aprova interrogatório de presos por videoconferência

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acolheu ontem, em decisão terminativa, proposta que permite o interrogatório de presos por meio de videoconferência. O texto aprovado, em turno suplementar, foi o substitutivo que o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou a projeto de lei (PLS 679/07) do senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Na semana passada – quando a CCJ aprovou o substitutivo em primeiro turno –, o presidente da comissão, Marco Maciel (DEM-PE), afirmou que havia urgência na tramitação da matéria, “tendo em vista a manifestação do Supremo Tribunal Federal [STF] sobre a questão”. O senador se referia à decisão da corte que julgou inconstitucional lei estadual que permite o uso da videoconferência em interrogatórios no estado de São Paulo. De acordo com o Supremo, o procedimento deveria ser tratado por lei federal.

Ao se referir também ao caso de São Paulo, Mercadante defendeu a votação urgente da proposta, “para impedir que criminosos, inclusive os de alta periculosidade, se baseiem nesse fato para pedir a nulidade dos respectivos processos”. Ele também citou, entre as vantagens da videoconferência, a

economia de recursos públicos no transporte de presos, a prevenção contra a fuga e a agilização dos processos judiciais.

– É um instrumento que o mundo inteiro está utilizando – argumentou o senador.

Outro aspecto destacado por Mercadante é o fato de o projeto não fazer da videoconferência uma regra, mas uma opção à disposição do juiz, o que também havia sido ressaltado pelo relator da matéria na CCJ, Tasso Jereissati. Entre os motivos que levariam ao uso da videoconferência estão a segurança pública e a dificuldade do réu para comparecer ao interrogatório.

– Mas, se o juiz julgar que é in-

dispensável a presença física do réu, ele assim o decidirá – ressaltou Mercadante, acrescentando que sua proposta foi elaborada respeitando o entendimento do STF sobre o tema.

Jereissati reconheceu no relatório que o uso da videoconferência “tem despertado polêmicas”. O presidente da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Luiz Flávio Borges D’Urso, é contra a medida. Ele argumenta que o expediente pode “intimidar” o preso, impedindo-o de se expressar com liberdade. O senador pelo Ceará, no entanto, argumenta que a iniciativa é necessária para suprir lacunas na legislação brasileira.



Mercadante é autor da proposta, que deve seguir para votação na Câmara

Dispensa de certidão negativa em empréstimo para casa própria

Foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania projeto de lei (PLS 527/07) que acaba com a exigência de apresentação, pelo servidor público que compra imóvel utilizando o crédito consignado, da certidão negativa dos serviços de proteção ao crédito. Conforme a proposta, o governo poderá autorizar o desconto na folha de pagamento sem a necessidade de consulta prévia ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou a instituições congêneres. A medida seria válida para servidores públicos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

A matéria tem de ser ainda analisada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde será votada em decisão terminativa.

O autor, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), afirma no projeto que o objetivo é “suprimir um entrave burocrático e, assim, simplificar e agilizar o processo de financiamento da casa própria do servidor”. O senador também argumenta

“que, nos casos de consignação em folha de pagamento, torna-se desnecessária a exigência de certidão negativa, dado que todas as prestações serão descontadas em folha de pagamento, o que de antemão afasta o risco de inadimplência”. O relator na CCJ, senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA), defendeu a aprovação do texto.

Emenda

Benefício valerá para o servidor público estável federal, estadual, municipal e do Distrito Federal

O projeto recebeu ontem uma emenda, que contou com a concordância do relator. A alteração, sugerida por Aloizio Mercadante (PT-SP), determina que a dispensa de apre-

sentação de certidão negativa não se destina a qualquer servidor público, mas somente aos estáveis. Segundo Mercadante, os servidores em cargo de confiança não podem abdicar do parecer prévio dos serviços de proteção ao crédito, “pois podem ser demitidos a qualquer momento”.

A modificação no projeto também recebeu o apoio do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

Baixo São Francisco poderá ter universidade

A CCJ aprovou proposta que autoriza o governo federal a criar, em Propriá (SE), a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Baixo São Francisco. O projeto de lei (PLS 257/06), da senadora licenciada Maria do Carmo Alves (DEM-SE), será analisado agora pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O relator na CCJ, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), ressaltou que o texto não tem o poder de impor ao governo federal a execução da proposta.

– Na verdade, é uma sugestão ao Poder Executivo, uma manifestação de intenção – justificou.

Alvaro Dias declarou que seu parecer é favorável ao projeto porque não há inconstitucionalidade nem qualquer outro problema jurídico no texto. O relator lembrou ainda que, por se tratar da criação de uma instituição educativa, a matéria será avaliada na CE em caráter terminativo.

Na proposta, Maria do Carmo Alves argumenta que a ênfase da atuação da universidade estaria nas áreas de saúde, ciências agrárias, gestão pública e turismo.



Entre Valter Pereira (E) e Epitácio Cafeteira, Marco Maciel preside reunião da Comissão de Constituição e Justiça

Comissão define regras para serviço de mototáxi

Na reunião de ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou substitutivo a projeto da senadora Fátima Cleide (PT-RO) que institui regras para o transporte de passageiros e bens em motocicletas, conhecido como serviço de mototáxi (PLS 353/03). O substitutivo será votado em turno suplementar na próxima reunião do colegiado.

O relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), manteve o substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), favorável ao projeto de Fátima Cleide e contrário a proposta de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que tramitou em conjunto e tratava do mesmo assunto (PLS 108/04).

Segundo Antonio Carlos Jú-

nior, os mototaxis são “hoje uma realidade em muitas cidades brasileiras”. O relator lembra que a atividade já foi regulamentada em algumas localidades, mas continua clandestina em muitas outras. Falta, lembrou, uma legislação federal sobre o tema.

O substitutivo mantém a proposta de Fátima Cleide que atribui ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran) a regulamentação da atuação dos veículos que podem ser usados para transporte de bens e passageiros. De acordo com a proposta, o Contran fará listas periódicas dos veículos admissíveis para prestar o serviço e também definirá detalhes para o exercício da profissão.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

disse considerar uma boa solução delegar ao Contran a competência para decidir sobre detalhes desse tipo de transporte.

– O que não pode é ficar como está – ressaltou.

Trânsito

A CCJ acolheu ainda emenda da Câmara dos Deputados a projeto de lei (PLS 245/99) que amplia os mecanismos de divulgação de mensagens educativas sobre o trânsito. Os deputados retiraram do texto aprovado no Senado artigo que determinava que a matéria fosse regulamentada pelo Poder Executivo.

Em voto favorável à matéria – lido por Antonio Carlos Júnior –, o relator, Marcelo Crivella, concordou com a modificação.

Serviços de telefonia em pequenas cidades

Recebeu voto favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania projeto de lei que institui a prestação de serviços de telecomunicação de interesse social. Poderão operar nesse novo regime apenas as organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), que ofereceriam os serviços sem a obtenção de lucro. Do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a matéria teve parecer favorável da relatora na comissão, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), com emenda.

Na justificativa da proposta, Azeredo explica que a eliminação de barreiras no modelo de serviços de telecomunicação permitirá que entidades comunitárias atendam à população de pequenos municípios e de aglomerados urbanos que ainda não contam com o atendimento de grandes operadoras.

O projeto (PLS 124/06) estabelece que a licença não deve onerar a Oscip.

Também foram acatados requerimentos de audiência pública para discutir o PLS 261/07-Complementar, que institui a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul), e o PLS 686/07-Complementar, que determina a criação do Pólo de Desenvolvimento Integrado da Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Foto: J. Freitas

Substitutivo aprovado ontem na CAS cria um novo parâmetro de atualização do poder de compra dos benefícios: o Índice de Correção Previdenciária. Proposta vai para a Câmara

Comissão acata recomposição do valor de aposentadorias

APOSENTADORIAS E PENSÕES pagas pela Previdência Social poderão ter os seus valores atualizados ano a ano. O objetivo da proposta – aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) – é recuperar o valor do poder aquisitivo desses benefícios, de forma a garantir o mesmo número de salários mínimos que eram recebidos na data da concessão da aposentadoria ou da pensão.

A CAS adotou, em turno suplementar e em decisão terminativa, substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ao texto original do projeto (PLS 58/03) de Paulo Paim (PT-RS). De acordo com a matéria, será criado um parâmetro de atualização do poder de compra dos benefícios pagos a aposentados e pensionistas: o Índice de

Correção Previdenciária (ICP), resultante da divisão do salário de benefício (a aposentadoria) pelo menor salário de benefício pago pelo Regime Geral da Previdência Social. Segundo o texto, na data da aposentadoria, cada segurado passará a ter um ICP individual, a ser usado para cálculo dos reajustes por toda a vida.

O substitutivo acolhido fixa ainda uma regra de transição de cinco anos até que o poder de compra seja totalmente recuperado. O prazo também servirá para que os orçamentos sejam adaptados às despesas.

O projeto original de Paim estendia a nova regra aos servidores inativos e pensionistas da União. Mas essa parte foi retirada na CCJ, por ser competência exclusiva do presidente da República legislar sobre

aumento de remuneração e aposentadoria dos servidores públicos. A proposição acolhida na CAS foi relatada por Expedito Júnior (PR-RO).

Justiça

Paim enalteceu a decisão do colegiado e disse que o texto “faz apenas justiça” a aposentados e pensionistas. Rosalba Ciarlini (DEM-RN), relatora ad hoc na CAS, defendeu a rápida tramitação da matéria pela Câmara dos Deputados.

Expedito Júnior também ressaltou a aprovação do projeto, enquanto o senador Mário Couto (PSDB-PA) advertiu: “Não vamos abrir mão nem de um milímetro em defesa dessa causa”. Durante o debate, Flávio Arns (PT-PR) pediu o fim do fator previdenciário no cálculo de aposentadorias e pensões.



Expedito Júnior (D) relatou na CAS o substitutivo da Comissão de Justiça a proposta de Paim (C, ao lado de Mário Couto)

Projeto estimula estudo de domésticos

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto que permite o desconto da contribuição patronal do Imposto de Renda Pessoa Física em dobro quando o empregado doméstico freqüentar a escola. A proposição (PLS 254/08), de Cristovam Buarque (PDT-DF), vai agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.

Para Cristovam, a aprovação do projeto – que foi relatado na CAS por Marisa Serrano (PSDB-MS) – irá estimular a escolarização dos empregados domésticos. O senador informou que somente 7,8% desses trabalhadores freqüentavam a escola em março deste ano, e apenas 2,7% faziam curso supletivo ou alfabetização de adultos. “A baixa escolaridade não só impede de ascender profissionalmente e desempenhar novas funções, mas dificulta, até mesmo, que tenham ciência de seus direitos, perpetuando situações de injustiça e exploração”, disse Cristovam.

Adolescentes desamparados poderão ganhar proteção social

Adolescentes entre 15 e 17 anos de idade considerados moradores de rua poderão ser beneficiários do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). É o que determina projeto do senador Expedito Júnior (PR-RO) aprovado na Comissão de Assuntos Sociais.

A proposta (PLS 241/08), que foi relatada por Cristovam Buarque (PDT-DF), segue agora para votação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde receberá decisão terminativa.

Expedito Júnior disse que jovens nessa faixa etária e que se encontram na condição de morador de rua não estão sendo amparados, atualmente, por nenhum programa social do governo, nem mesmo pelo Bolsa Família. De acordo com a Lei 11.692/08, o Projovem, destinado a jovens de 15 a 29 anos, tem o objetivo de promover a reintegração ao processo educacional, a qualificação profissional e o desenvolvimento humano, e será colocado em prática por meio de quatro modalidades, entre as quais o Projovem Adolescente, que beneficia adolescentes de 15 a 17 anos.

Atualmente, essa modalidade do programa atende apenas aqueles que pertencem a família beneficiária do Bolsa

Família; aos egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto; aos egressos ou em cumprimento de medida de proteção; aos egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PET); e aos vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual ou de egressos.

Teletrabalho

Vai ser tema de audiência pública na CAS o home office, ou teletrabalho – definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como forma de trabalho realizada em lugar distante do escritório central e/ou centro de produção, que permita a separação física e que implique o uso de uma tecnologia facilitadora de comunicação. Requerimento de Valter Pereira (PMDB-MS) com esse objetivo foi aprovado ontem na comissão.

O debate destina-se a instruir projeto (PLC 102/07) em tramitação, no colegiado, que pretende estender aos trabalhadores que exercem atividades a distância, por meio do regime de teletrabalho, as normas jurídicas que regem as relações trabalhistas no estabelecimento do empregador.



Heráclito Fortes preside reunião da comissão, que aprovou convite ao jurista

CRE ouvirá Cançado Trindade, eleito juiz da Corte de Haia

Por proposta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vai convidar o juiz Antônio Augusto Cançado Trindade para que ele faça uma exposição aos senadores.

Cançado Trindade foi escolhido no último dia 6 para ocupar o posto de juiz do Tribunal Internacional de Haia. Ele é o terceiro brasileiro a ocupar o posto, os outros dois foram os juristas Rui Barbosa e Francisco Rezek.

Suplicy lembrou que Cançado

Trindade obteve nas Nações Unidas o voto favorável de 163 dos 192 países membros, a maior votação já recebida por um candidato à Corte de Haia.

O jurista tomará posse no início de 2009, para um mandato de nove anos. Ele é professor de Direito Internacional Público da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Rio Branco, e membro da Academia de Direito Internacional de Haia. Também é titular do Instituto de Direito Internacional, na Bélgica.

Audiência deve avaliar programa de expansão de universidades

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deverá apresentar, na terça-feira, requerimento de audiência pública sobre o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O objetivo é levar ao conhecimento dos parlamentares demandas apresentadas a Flávio Arns (PT-PR) por representantes da Coordenação Nacional de Entidades Estudantis. O senador representou o presidente da CE, Cristovam Buarque (PDT-DF), em reunião interna da comissão realizada

ontem com estudantes.

As entidades contestam o Decreto 6.096/07, do Executivo, que institui o Reuni. O programa expande vagas em universidades federais. Conforme anunciado pelo presidente da República, serão ofertadas 44 mil novas vagas em 2009. Setores estudantis pedem a revogação do decreto e questionam o repasse de verbas para o aumento de vagas, sem que haja investimentos em áreas como estruturação física das universidades e ampliação de corpo docente.



Flávio Arns (2º à esquerda) reuniu-se ontem com representantes estudantis

Senado relança em feira gaúcha livro sobre Giuseppe Garibaldi

O Conselho Editorial do Senado está relançando a obra *Os caminhos de Garibaldi na América*, publicado originalmente pelo Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul e pela Laser Press Comunicação, em 2007. A obra resultou do seminário “170 Anos da Revolução Farroupilha – O Legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e

Anita”, realizado em 2005, com o apoio da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

O livro reúne textos sobre Giuseppe Garibaldi, revolucionário italiano que participou de lutas na Europa e na América do Sul. Amanhã, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) autografa exemplares da obra no estande do Senado na Feira do Livro de Porto Alegre.



Na feira em Porto Alegre, estande da Casa apresenta obras publicadas pelo conselho editorial